



MARIALVA

Confira o que foi debatido na 3ª audiência pública para a revisão do Plano Diretor

13 de setembro de 2019

Data	Fonte	Crédito da Imagem
13 de setembro de 2019	Assessoria de Imprensa da Câmara Municipal de Marialva	



MARIALVA

Data	Fonte	Crédito da Imagem
------	-------	-------------------

Na noite da última quarta-feira (11), foi realizada a terceira audiência pública para a revisão do Plano Diretor Municipal, na Câmara Municipal. Estiveram presentes na audiência, o presidente da Casa, Ricardo Vendrame (PP), os vereadores Luciano Dário (PSC) e Wesley Araújo (PR), e o secretário de Planejamento e Desenvolvimento, Paulo Ungari.

A audiência foi comandada pelo engenheiro sanitarista Robson Ricardo Rezende, da empresa Líder Engenharia, contratada para prestar consultoria ao Município durante a revisão do Plano Diretor.

A audiência iniciou com uma breve explicação sobre a metodologia utilizadas para a revisão da Lei do Plano Diretor, que engloba também a legislação sobre o Perímetro Urbano, Uso e Ocupação do Solo, Parcelamento do Solo, Código de Obras, Código de Posturas e Sistema Viário.

Um dos pontos mais debatidos foi a altura máxima de edificação na área central. A proposta é permitir a construção de obras com 60 metros a altura máxima - o equivalente a um prédio com cerca de 20 andares.

Outra questão que levantou discussão foi a área mínima dos lotes nas Zonas Industriais. A proposta apresentada foi de mínimo de 300 metros na Zona Industrial 1 e mínimo de 600 metros na Zona Industrial 2. Com a manifestação dos participantes, a proposta para a Zona Industrial 2 foi alterada com o desmembramento da área e a criação da Zona Industrial 3, com mínimo de 450 metros.

Os munícipes presentes também manifestaram a preocupação em permitir, no novo Plano Diretor, o comércio e o serviço nas áreas classificadas como Zonas Especial de Interesse Social, destinadas a construção de casas populares, visto que a maioria dessas áreas se encontram em locais de complicado acesso a farmácias, escolas, supermercados, etc.

Segundo Rezende foram ainda identificados os lotes que foram subdivididos irregularmente na Zona Rural. A proposta é, caso atendam as questões mínimas de infraestrutura (vias de circulação interna, arborização, sistema de iluminação pública, sistema de telecomunicações, coleta de lixo, sistema de abastecimento de água e esgoto, etc), tais áreas poderão ser classificadas como Zona de Urbanização Específica.

Rezende ressaltou que, nessas zonas, a construção e manutenção de infraestrutura será de inteira responsabilidade dos empreendimentos instalados na área, sem qualquer ônus para o Município.

O novo Plano Diretor ainda não foi protocolado na Câmara Municipal. Quando estiver em trâmite, os vereadores poderão apresentar emendas modificativas. Caso isso ocorra, novas audiências públicas sobre o tema serão programadas.

Assista: